



## Resumo de Notícias

11/03/2016 - Telesíntese

# PGMC passa a integrar recomendação da UIT

A Comissão de Estudos 3 da União Internacional de Telecomunicações (UIT), reunida de 22 de fevereiro a 1º de março, aprovou quatro recomendações aos países-membros, entre elas a D.261 sobre metodologia para identificação de mercados relevantes e prestadoras com poder de mercado significativo. A norma praticamente copia trechos do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), da Anatel.

É o que conta o gerente de Monitoramento das Relações entre Prestadoras da Anatel, Abraão Silva, que apresentou, nesta quinta-feira, 10, o resultado da reunião, que aconteceu em Genebra. A norma foi relatada por Silva, que havia identificado que 90% dos estados-membros da UIT busca-

vam fazer a regulação por poder de mercado, mas usando critérios da academia. "O Brasil provou que faltava padronização nesse quesito", afirmou.

Segundo Silva, a recomendação encoraja que países adotem medidas assimétricas seguindo os instrumentos dispostos no PGMC. Ele disse que mais de 35 países contribuíram para a norma, muitos deles com suporte integral ao texto brasileiro. Silva afirma que o PGMIU vai além da regra adotada na Comunidade Europeia, ao permitir a atuação de mais de uma empresa com Poder de Mercado Significativo em uma área. A recomendação não teve objeções das operadoras.

11/03/2016 - Instituto Telecom

# UIT não consegue chegar a consenso sobre regulamentação de serviços OTT

A Comissão de Estudos 3 da UIT, que se reuniu em Genebra no final de fevereiro para discutir parâmetros de regulamentação entre os diferentes países, não conseguiu consenso sobre alguns temas polêmicos, como é o caso das empresas over-the-top. Segundo o gerente de Monitoramento das Relações entre Prestadoras da Anatel, Abraão Balbino Silva, que participou do encontro, foi realizado um workshop sobre o impacto econômico financeiro das OTTs nos serviços de telecomunicações, debate moderado pelo Brasil, mas não houve uma posição única dos participantes.

Segundo Silva, a Tunisie Telecom apresentou uma proposta de recomendação que traduz o princípio de mesmos serviços, mesmas regras, teoria que foi derrubada pelo relator, que defende OTTs sem regras e a desregulamentação gradual das telecomunicações, posição defendida pela Anatel. "A proposta da Tunísia não tem apoio dos países desenvolvidos", disse.

O tema será debatido no Brasil em junho, durante a reunião do grupo regional do SG-3. A consultoria estrangeira que estudou profundamente o tema participará dos debates, que acontecerão entre os dias 13 e 17 de junho.

### Serviços financeiros

Outro tema que ficou sem consenso foi o de serviços financeiros digitais. "A proposta dos africanos, de uma recomendação que orienta a custos os preços de atacado

das prestadoras de telecomunicações na oferta de serviços financeiros, incluindo os bancos, não teve acordo", disse Silva. Ele defende que uma recomendação desse tipo só seria bem-vinda caso não prosperasse a atuação da livre iniciativa.

Abraão Silva entende, porém, que esse tema ainda vai gerar muitas discussões. Não só porque os países africanos focam a bancarização de suas populações nos serviços de pagamentos móveis – já são três bilhões de pessoas que dependem desse serviço -, mas porque já ficou provado que o aumento das rendas das operadoras depende da exploração desse serviço. Ele disse que o assunto vem sendo tratado em grupo focal da UIT, mas que só trata de tecnologia e interoperabilidade.

Outro tema que ficou sem acordo foi o do roaming internacional M2M, ou roaming permanente. A Anatel é contra a edição de uma norma internacional que diga para os países que aceitem imposições, como os chips embarcados em carros. "Não existe modelo de negócio que seja "killer" na internet das coisas porque é uma questão global", avalia Silva. O tema passou a ser um item de estudo dentro da comissão.

A reunião da Comissão de Estudos 3 (SG-3) aprovou outras três recomendações – de roaming internacional, pontos de trocas de tráfego e serviços universais.



## Resumo de Notícias

11/03/2016 - Convergência Digital

# Avança o plano para desvincular a Internet do governo dos EUA

Entre tapas e beijos, o plano para que a internet rompa os vínculos com o governo dos Estados Unidos venceu uma etapa importante nesta semana, em especial pelo sinal verde dos governos nacionais para que a proposta de transição seja encaminhada ao Executivo americano. Parece até que vai dar tempo de efetivar o rompimento burocrático até o fim de setembro, como prometido (depois de adiado no ano passado).

Não sem rusgas. Uma delas foi protagonizada pelo Brasil, mas foi mais significativa aquela em que o país alinhou-se a outras 15 nações em ressalvas ao papel dos estados nacionais na governança da internet – um papel reduzido, nessa visão (leia aqui). “Os Estados foram marginalizados”, reclamou o embaixador da França, David Martinon. Nem isso, porém, impediu a aprovação do plano pelo Comitê Consultivo Governamental, ou GAC na sigla em inglês.

“Dois anos se passaram desde que anunciamos nossa intenção de completar a privatização do Sistema de Nomes de Domínio [DNS]. Os esforços até aqui representam o maior processo multissetorial já realizado”, celebrou o chefe da Administração Nacional de Telecomunicações (NTIA), Larry Strickling, o órgão onde está pendurado o contrato

relacionado à supervisão das funções de nomes, números e protocolos da internet.

Mas ele também marcou dois recados. O primeiro no mais uma vez reiterado aviso de que “não vamos aceitar uma proposta de transição que substitua o papel da NTIA por uma solução liderada por governos ou intergovernamental” O segundo, um lembrete de que o prazo pode estar se esgotando. “Este ano marca o último ano da administração Obama. No tempo que nos resta, continuaremos ativos e engajados na discussão desse tema”, concluiu.

É por aí que entende-se a aprovação da proposta mesmo com muxoxos em diferentes setores da comunidade da internet. Ainda que a manifestação dos governos tenha ganhado mais relevo, há pontos discutíveis na proposta – por exemplo, em que pese o cerne da discussão atual estar na responsabilização (accountability) da ICANN, é praticamente impossível desvinculá-la do sistema de nomes de domínio. Mas o calendário ajuda a maioria a entender que no geral o plano é melhor do que a alternativa. Se der um Republicano na Casa Branca este ano, o clima favorável à transição nos EUA pode mudar.



## Resumo de Notícias

11/03/2016 - Instituto Telecom

# Acordos bilaterais entre órgãos reguladores poderão definir preços do roaming internacional

As agências reguladoras de telecomunicações poderão determinar preços do roaming internacional por meio de acordos bilaterais quando julgarem que os preços praticados pelas operadoras não forem razoáveis. Este é o teor da recomendação D.97 aprovada pela Comissão de Estudos 3 da União Internacional de Telecomunicações (UIT), no final do mês passado. A norma permite que os órgãos fechem acordos bilaterais para estabelecer preços-teto para atacado e varejo.

Segundo o gerente de Monitoramento das Relações entre Prestadoras da Anatel, Abraão Silva, a recomendação pode acelerar iniciativas já em andamento na agência, como a discussão sobre tarifas de roaming para países de língua portuguesa. Mas admite que um acerto desse tipo pode demorar em países como os Estados Unidos, que recebe mais visitantes brasileiros do que o Brasil recebe norte-americanos e por isso não têm interesse na redução desses preços.

Silva, que apresentou nesta quinta-feira, 10, os resultados da reunião de Genebra, afirmou que a decisão é inédita porque a recomendação define um conjunto de metodologias para determinação dos preços de roaming, uma intervenção regulatória pouco usual na UIT. "Até agora, os valores cobrados em roaming internacional dependiam de acordos com as operadoras", ressaltou.

De acordo com Abraão Silva, a reunião deste ano aprovou quatro recomendações e revisou mais uma, sendo considerada a mais produtiva de toda a história da UIT. "Nos últimos oito anos, foi aprovada apenas uma recomendação nesse grupo", contou. Ele disse que o resultado deste ano foi possível pela forte coordenação dos países em desenvolvimentos, com

grande participação do Brasil.

### PTT

Outra recomendação aprovada foi a D.51 que encoraja os países-membros a adotarem Pontos de Troca de Tráfego (PTTs) regionais para redução dos custos de conectividade internacional, por meio da aproximação dos conteúdos das redes. Segundo Silva, o objetivo é acelerar o equilíbrio dos preços de troca de tráfego entre os países. "Porém, a recomendação não diz muita coisa do ponto de vista normativo porque não indica como serão implantados esses PTTs", disse.

Silva lembra que já há uma iniciativa nesse sentido no Brasil coordenada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br), com o PTT Metro, mas faltam acordos entre países.

### Serviço universal

Outra recomendação aprovada, a D.52, propõe princípios gerais para orientar os estados-membros sobre serviços universais. A norma destaca a necessidade de tratamento da conectividade internacional de acordo com o nível de competição (áreas com muita competição não estão sujeitas a universalização), reconhecendo que a atuação do poder público sozinho não é suficiente para atingir os objetivos. Além disso, sugere que os governos devem atuar por meios de fundos. Para Silva, esse tema é muito importante agora para o Brasil, que estuda a alteração do modelo das concessões.

As recomendações passam agora por um período de notificação dos 190 países-membros da UIT e podem ser confirmadas na Assembleia Mundial de Padronização de Telecomunicações (WTSA).



## Resumo de Notícias

10/03/2016 - Brasil de Fato

### Presidente do PT diz que pedido de prisão de Lula é "medida midiática"

O pedido será analisado pela juíza Maria Priscilla Ernandes Veiga Oliveira, da 4ª Criminal da Justiça; Segundo Falcão, é um "contrassenso" qualquer juiz conceder o pedido

Em entrevista concedida na noite desta quinta-feira (10), Rui Falcão, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), disse que o pedido do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) de prisão preventiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é uma "medida midiática". Segundo ele, é um "contrassenso" qualquer juiz concedê-lo.

O MP-SP, por meio dos promotores José Carlos Blat, Cássio Conserino e Fernando Henrique Araújo, pediu a prisão preventiva do ex-presidente pelos cri-

mes de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica em relação ao triplex localizado no Guarujá (SP). O pedido será analisado pela juíza Maria Priscilla Ernandes Veiga Oliveira, da 4ª Criminal da Justiça. Procurada, a assessora do tribunal estadual informou que não há uma declaração oficial da juíza se o caso será julgado nesta quinta-feira ou não.

Confira no vídeo do Jornalistas Livres as entrevistas concedidas hoje por Falcão e pelo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa.

02/03/2016 - Carta Maior

### A flexibilização dos direitos trabalhistas: um discurso que não se sustenta

A flexibilização acarreta a degradação da qualidade do emprego, o aumento do desemprego e a desaceleração de investimentos a nível macroeconômico.

Em recente entrevista, veiculada pelo O Globo eletrônico de 29.02.2016, o Excelentíssimo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho ao defender a flexibilização dos direitos trabalhistas como solução para crise econômica caminhou em sentido contrário às evidências do mundo do trabalho e as preocupações da Organização Internacional do Trabalho representada na Recomendação 204 editada em 15 de junho de 2015, em Genebra.

As estatísticas em relação ao trabalho emprego, inclusive nos países do capitalismo avançado, revelam um quadro muito deprimente de desemprego, precarização, número alarmante de imigração e as formas degradantes de trabalho que o ser humano está submetido. São dados que comprovam a falácia do discurso dos teóricos neoliberais de que a flexibilização fomenta o emprego e " resolve a crise".

A flexibilização das relações de trabalho faz parte do arsenal de medidas impostas para implantação do novo modelo de Estado neoliberal nos Estados nacionais, inclu-

sive do Continente Europeu, desde o tratado de Bretton Wood de 1944, através dos organismos internacionais, mais especificamente, Fundo Monetário Internacional(FMI) e Banco Mundial; e consagrado no Consenso de Washington, em 1991.

O mundo do trabalho sob os auspícios do neoliberalismo longe de caracterizar-se pela confluência de propósitos consensualmente aceitados, toda sua complexidade, inclusive econômica, social e cultural, está marcada por profundas contradições, conflitos permanentes e tensões contínuas. Esta tensão pode ser demonstrada com um panorama do mundo do trabalho das últimas três décadas através de dados da OIT e de outros organismos internacionais. Ademais, pelas pautas de discussão sobre o tema estampadas nas páginas do Le Monde Diplomatique.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-flexibilizacao-dos-direitos-trabalhistas-um-discurso-que-nao-se-sustenta/7/35607>

## Resumo de Notícias

10/09/2016 - Altamiro Borges

# João Roberto Marinho virou um "aloprado"



Durante quase três anos, entre 2006 e 2008, fiz parte do Conedit, o Conselho Editorial da Globo.

Comandado por João Roberto, o segundo filho de Roberto Marinho, o Conedit reúne os editores dos diversos veículos de mídia da Globo. As reuniões são às terças feiras às 11 horas da manhã, no prédio da Globo no Jardim Botânico, no Rio.

O objetivo é discutir e firmar as diretrizes editoriais da casa. Numa mesa retangular, João Roberto senta-se na cadeira de comando, no centro. A seu lado, quase que se encarando, estão Merval Pereira e Ali Kamel, numa disputa incessante para ver quem concorda mais com as ideias de João Roberto.

Como diretor editorial das revistas da Globo, me sentava no fundo da sala, no canto dos paulistas, como brincava Luiz Erlanger, à época um dos principais jornalistas da casa.

Guardei sempre de João uma imagem positiva. Sere-no, voz baixa, inteligente, sabia ouvir e sabia mandar.

Lembro particularmente uma reunião, no calor da campanha presidencial de 2006, em que ele narrou uma conversa que tivera com Lula, que concorria à reeleição.

Dos irmãos, João é o responsável por todos os con-

tatos com o mundo político. Segundo Jorge Nóbrega, assessor da família Marinho, é algo que lhe é extremamente caro. Nenhum jornalista da Globo sobrevive muito tempo se criar uma agenda pessoal com o alto clero da política.

Na reunião de que falei acima, Lula, contou João, se queixou da cobertura da TV Globo. Ele nos comunicou, ali, o que ficou combinado. Cada qual cuidaria dos seus "aloprados".

A partir dali, os aloprados da Globo, notadamente Merval e Kamel, baixaram de tom.

Estou contando essa história para dizer quanto me surpreende ver, agora, João Roberto agir como um aloprado na louca cavalgada contra Lula, Dilma e o PT.

Em circunstâncias normais, ele não toleraria que um de seus principais jornalistas, Erick Bretas, pregasse abertamente no Facebook a prisão de Lula e a deposição de Dilma, fantasiado de Moro.

Nem deixaria passar em branco um tuíte do editor da Época, Diego Escosteguy, em que este anunciava, às vésperas da Aletheia, uma sexta-feira esplendorosa, numa alusão à operação que seria feita contra Lula.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/03/joao-roberto-marinho-virou-um-aloprado.html>